



[www.ordemosarquitectos.pt](http://www.ordemosarquitectos.pt)  
[www.oasrs.org](http://www.oasrs.org)  
[www.oasrn.org](http://www.oasrn.org)

**ANO XIV nº 159**  
**ABRIL 2006**

**ARQUITECTOS**

# A CIDADE PARA O CIDADÃO

## O PLANEAMENTO DE PORMENOR EM QUESTÃO

### 3 E 4 DE MARÇO, AUDITÓRIO DA TORRE DO TOMBO, LISBOA

O encontro reuniu cerca de 320 participantes, provenientes de autarquias locais, da administração central, associações, universidades e empresas profissionais. A diversidade na formação e na origem dos participantes enriqueceu e animou os debates que se realizaram ao fim de cada sessão. O depoimento de diversas personalidades convidadas, do mundo da arquitectura e do urbanismo, trouxe ao fórum visões múltiplas das fragilidades do actual sistema de planeamento de pormenor e modo de “fazer cidade”. O encontro foi aberto pela presidente, Helena Roseta, que salientou a actualidade do tema em debate. Uma breve intervenção de Fernando Gonçalves, do CDN, realçou a importância da existência uma política nacional de

arquitectura e explicou a razão de ser das Declarações que a Ordem se propõe anualmente proferir em diálogo com a sociedade civil. O comissário, Vítor Campos, fez um enquadramento geral do tema, do processo de preparação do encontro e dos moldes de como se iriam desenrolar os trabalhos. Nuno Portas, na primeira conferência, apresentou uma visão crítica do sistema de planeamento e das práticas urbanísticas. Vicent Renard abordou os problemas da transformação das cidades e do urbanismo operacional, numa perspectiva internacional, sublinhando o papel dos factores de ordem económica numa sociedade cada vez mais globalizada. Dulce Moura, do gabinete do Secretário de Estado do Ordenamento do Território e das Cidades, fechou o

ciclo das conferências, com uma intervenção sobre a reinserção social e urbanística nos bairros críticos. Seguiram-se três sessões de trabalho, com um debate animado, iniciadas pela apresentação das linhas de força dos 60 textos de opinião recebidos pelos relatores, que também apresentaram as conclusões. O encontro foi encerrado pelos presidentes da Ordem e da Câmara Municipal de Sesimbra (em representação da Associação Nacional de Municípios Portugueses). No foyer do Auditório foram exibidas duas exposições: uma ilustrativa de diversos aspectos da prática do planeamento de pormenor em Portugal e outra sobre as políticas de arquitectura na Europa dos Quinze.

JOÃO FERREIRA BENTO



Luís Rocha

# PLANEAR PARA AS PESSOAS

A escritora indiana Arundhati Roy escreveu um belíssimo livro em louvor do detalhe, “o deus das pequenas coisas”. Penso muitas vezes que é a importância dada ao pormenor que faz a diferença entre o banal e o emocionante. Há quem diga que essa atenção à pequena escala é uma qualidade “feminina”. Não sei se será. O que sei é que em toda a grande arte há uma preocupação com o detalhe que chega a ser obsessiva. É o contrário do que sucede nas nossas cidades, terras de todos e de ninguém.

**A MULTIPLICIDADE DE AGENTES E DECISORES VAI DEIXANDO CADA VEZ MAIS VAZIO O ESPAÇO DO “CUIDAR” QUOTIDIANO. EM ÚLTIMA INSTÂNCIA, “NOBODY CARES”, QUE É COMO QUEM DIZ, NINGUÉM SE RALA. NESSES ESPAÇOS CRESCENTES DE ABANDONO E DESLEIXO, BURACOS DAS VÁRIAS MALHAS DE QUE NINGUÉM VERDADEIRAMENTE CUIDA, TUDO PODE ACONTECER, DA MAIOR IMUNDÍCIE À MAIS CRIATIVA DAS UTILIZAÇÕES, COMO O CULTIVO DE COUVES PORTUGUESAS NO SEPARADOR CENTRAL DA SEGUNDA CIRCULAR EM LISBOA OU O AMANHO DE HORTAS TROPICAIS NALGUNS TALUDES DA IC19.**

Não foi de nada disto que se falou no Encontro “A cidade para o cidadão – o planeamento de pormenor em questão”, organizado pela Ordem dos Arquitectos e realizado em Março. E no entanto é também disto que se trata quando tentamos perceber por que razão é tão complicado fazer aprovar e cumprir um instrumento de gestão territorial que, sendo de escala mais pequena, deveria teoricamente ser mais acessível e mais interessante para os moradores.

Das dificuldades jurídicas, institucionais, financeiras, logísticas e técnicas do processo de planeamento muito se falou. Da necessidade de mudar legislação, comportamentos e atitudes também. Nuno Portas fez uma palestra inicial em que sublinhou a importância de flexibilizar, para a viabilizar, a figura do Plano de Pormenor. Não faz sentido, insistiu ele, manter a “ditadura dos perímetros” quando são as

redes ( de espaço público, de infra-estruturas ou de corredores ecológicos ) que de certo modo “geram” o traçado urbano e lhe dão suporte. Outros oradores destacaram a opacidade que estranhamente continua a rodear o planeamento de proximidade, incluindo nele todas as figuras, desde os PP aos loteamentos, passando pelos “estudos urbanísticos” hoje muito utilizados para fugir à burocracia insustentável da generalidade das figuras de planeamento territorial previstas na lei.

De tudo o que foi dito e escrito se fará menção nas actas deste Encontro que a Ordem irá publicar. Mas cabe-nos agora uma tarefa decisiva – retirar do manancial de opiniões recolhidas, nem sempre convergentes, uma linha geral que possa ser convertida numa Declaração Política de Arquitectura, a submeter de novo à discussão inter-profissional e pública, e que deverá servir de base, não apenas à tomada de posição da Ordem nesta matéria, mas também a medidas que iremos propor ao governo, à administração local, aos técnicos, aos agentes do ensino, aos decisores e aos cidadãos em geral. Tarefa tanto mais difícil quanto se sabe – e isso foi claro no Encontro – que o paradigma do planeamento está em mudança. A ideia de uma cascata de planos ordenados pela escala, do nacional ao local – que se inspira no paradigma hierárquico-burocrático típico das administrações públicas – é hoje posta em causa pela sua ineficácia, lentidão e desadequação à dinâmica da sociedade e da vida. O paradigma sectorial, que remete para uma concepção do território como um manta de retalhos sectoriais cosidos, não se sabe bem como, em “patchwork”, não é senão uma variante tecnocrática do paradigma hierárquico. Mas a ideia de que é preciso menos peso do Estado tem conduzido a um outro paradigma, muitas vezes não confessado, mas que não passa daquilo a que chamarei paradigma mercantil e que no fundo não faz mais do que usar os planos como meros instrumentos de multiplicação de valor do solo, através de operações

especulativas de alteração de usos que o plano se limita a legitimar. É esta a natureza da grande maioria dos loteamentos urbanos promovidos por particulares. Mas é também neste paradigma que se têm inspirado grandes operações urbanas promovidas por Parcerias Público-Privadas, de que o caso do Euro 2004 foi o mais sintomático. Sustento que está na altura de assumirmos um novo paradigma no planeamento – o paradigma cívico, que incorpora a necessidade absoluta da participação de todos os interessados e desenvolve mecanismos de informação, pedagogia e participação genuínos e alargados. Neste novo paradigma será preciso lidar com a sobreposição de escalas espaciais que caracteriza o nosso tempo. Ou seja, usando uma expressão de Edgar Morin, será preciso trabalhar de forma “glocal” ( global e local em simultâneo ) sendo certo que muitos dos factores a ponderar têm diferentes níveis de intervenção e responsabilidade. Qual o papel dos diferentes actores e agentes do processo de planeamento no paradigma cívico é precisamente uma das áreas que temos de aprofundar. Desde a função reguladora e enquadradora de estratégias do poder político, nacional e local, à transversalidade e capacidade crítica que se exige dos técnicos, passando pela exigência de informação e formação dos cidadãos para o processo de “fazer cidade”, novas realidades e novos imperativos se desenham. Sem esquecer um novo papel dos promotores, que passa pela sua responsabilidade social e por se tornarem nos primeiros defensores da qualidade, da clareza e da transparência das regras. O “salve-se quem puder” em que hoje vivemos, além de economicamente ineficiente, não é amigo nem da cidade nem da cidadania. É tempo de caminhar na direcção da cidade para todos, meta para que aponta o processo de reflexão alargada que desencadeámos. Bemvindos os que nos acompanharam nesta jornada.

HELENA ROSETA

## A AVALIAÇÃO DO COMISSÁRIO

O Encontro decorreu nos moldes previstos, com uma participação que ultrapassou em muito as nossas previsões iniciais. O debate foi vivo, tanto no primeiro como no segundo dia, sem desmobilização significativa, apesar do fim-de-semana e do mau tempo não convidar a sair de casa. De assinalar a presença de muitos estudantes e também de pessoas de áreas disciplinares diversas da arquitectura. O nosso objectivo inicial, de alargar o debate para além das fronteiras corporativas e de obter uma imagem composta e diversa dos problemas e das soluções sobre o tema terá sido atingido.

**A ORDEM DISPÕE, POR ISSO, DE UMA BOA BASE PARA SELECIONAR AGORA OS ASPECTOS QUE ENTENDER PRIVILEGIAR E PARA, A PARTIR DELES, FORMULAR UMA DECLARAÇÃO DE POLÍTICA DE ARQUITECTURA SUSCEPTÍVEL DE IR AO ENCONTRO DAS SENSIBILIDADES E DAS PERSPECTIVAS DE UM LEQUE ALARGADO DE INTERESSADOS NOS PROBLEMAS DO NOSSO ESPAÇO URBANO DE PROXIMIDADE.**

Atingiu-se o total de 60 textos de opinião, até ao dia do Encontro. Entre os autores dos textos estão os principais organismos públicos da Administração central que detêm responsabilidades relevantes na preparação e na condução das políticas públicas sobre a cidade e o território. Estão também muitas organizações privadas que representam interesses cívicos e colectivos da maior importância para a construção comum de uma cidade e de um território coesos, justos e qualitativamente melhores. Estão finalmente também muitas individualidades que se têm destacado, cívica e profissionalmente, através dos seus escritos sobre o urbanismo, o ordenamento do território, a participação dos cidadãos e os grupos sociais na cidade. O conjunto dos textos, embora heterogéneo, constitui um acervo que permite múltiplas leituras, sob diversos pontos de vista, fornecendo uma boa «fotografia» das questões sensíveis, das posturas, dos problemas e de várias soluções possíveis. Esse acervo, a que se adicionam os textos das conferências

convidadas, os relatos que foram preparados para orientar as sessões e as conclusões dos debates, constitui uma interessante base de trabalho e reflexão, cuja utilidade se projecta bem para além do Encontro e da Declaração de Política de Arquitectura. Permito-me por isso afirmar que a aposta que fizemos há um ano, ao concebermos o figurino de organização do Encontro, foi ganha e que o resultado constitui uma contribuição que reputo significativa para a compreensão e resolução dos problemas da cidade que fazemos.

Passando em revista as principais conclusões, destaco algumas que, na minha avaliação, constituem orientações importantes para uma política de melhoria da qualidade do nosso espaço urbano de proximidade. No plano legal e regulamentar, a noção de que o procedimento de elaboração e revisão dos instrumentos de planeamento de pormenor de iniciativa pública não pode continuar a ser decalcado do procedimento de formação do PDM, cujo objecto material, finalidade e âmbito temporal de aplicação são totalmente diversos. Ainda nesse plano, destaco a noção de que é imprescindível intervir no sentido articular a figura do plano de pormenor com a realização das operações de loteamento urbano. Como disse o Presidente da Câmara Municipal de Sesimbra, em representação da ANMP, não é compreensível que uma autarquia possa alterar em alguns meses um alvará de loteamento numa operação de loteamento urbano para 1000 fogos e precise de 4 anos para elaborar ou alterar um plano de pormenor para 100 fogos. As consequências deste estado de coisas são por demais óbvias. O reforço da dimensão contratual e programática da actuação urbanística e a criação de mecanismos de responsabilização objectiva, como base para as intervenções de produção do espaço urbano de proximidade (entenda-se a elaboração e execução de planos de pormenor e a realização de operações de loteamento urbano) ressaltou também como uma necessidade imperativa urgente. Essa será a via para conjugar a exigência do espaço urbano como «obra pública» – no sentido de que ele deve traduzir valores culturais e sociais significativos para a

colectividade – com o modelo da produção privada da cidade. No interface entre valores colectivos definidos pela entidade pública e critérios de eficácia e rentibilidade próprios da produção privada, deveríamos encontrar os padrões de qualidade dotacional, funcional e dimensional, como instrumentos de referência para a negociação urbanística, para a contratualização e o licenciamento das operações e para a avaliação dos seus resultados. Esta omissão absoluta da nossa normativa urbanística não pode continuar a ser preenchida por uma mera portaria regulamentar que fixa uns parâmetros avulsos. A institucionalização da avaliação dos programas nacionais com incidência na produção e gestão dos espaços urbanos de proximidade (AUGI, POLIS, URBAN, SRU) é outra conclusão a destacar, que se articula estreitamente com a criação dos padrões de qualidade referidos acima. Só assim, e através da incorporação desse conhecimento na formação dos nossos técnicos de urbanismo, será possível evoluir de modo sustentado na qualificação dos nossos espaços urbanos e na melhoria da competitividade e da qualidade de vida das nossas cidades. Melhorar a qualidade do «serviço de planeamento» e construir «capacidade organizacional», formar os vários agentes para aquisição de «capacidade colaborativa», formar os técnicos de urbanismo para a utilização das TIC, para a trans-disciplinaridade e para a gestão de processos de comunicação/participação, cumprir a lei em matéria de relatórios do estado do OT municipal, garantir que a concertação e a contratualização prévias à elaboração e execução dos instrumentos de planeamento de pormenor (incluindo os que são elaborados e executados pelos particulares), abrangem (obrigatoriamente) todos os interessados, são outras tantas conclusões da maior relevância.

**Resta-me recomendar uma (nova) visita à página web do Encontro, que se deverá manter acessível, pelo menos, até à formulação da Declaração de Política de Arquitectura. E lembrar que o processo ainda não acabou, pelo que o envio de novos textos sobre o tema será ainda bem-vindo.**

VÍTOR CAMPOS

<http://projectos.ordemdosarquitectos.pt/cidadecidadao/>



## DEZ MANDAMENTOS

**1.** Os riscos de nos centrarmos no Planeamento de Pormenor são os de multiplicar as fragmentações agora de maior escala... para evitar as das pequenas;

**2.** Para reduzir esses riscos será necessário que nos PDM (ou PU) existam traçados estruturantes ligados, ou ligando as áreas prioritárias de desenvolvimento – já que o zonamento é espaço vago, não morfológico;

**3.** Os traçados (ditos de espaço público, EP) têm por bases a infra-estrutura (mobilidade, saneamento básico) e a paisagem a construir ou reforçar e são transversais às partes e fragmentos urbanos: as malhas por definição são contínuas;

**4.** A regula(menta)ção da edificação deve referir-se, em primeiro lugar, às características de EP existente ou projectado; sendo o recurso a índices funcionais, quando existam, medidas de referência para os critérios de equidade ou/e controlo das cargas sobre os sistemas; as «visões» arquitectónicas são exemplificações e não determinações prematuras, senão abusivas.

**5.** O Planeamento de Pormenor – que tendencialmente se compõe de características de um Plano (regulação) e Projecto (estrutura EP) – deve ter em atenção a temporalização e o seguimento das várias acções previstas: as imediatas bem definidas e as diferidas e mutáveis (a regular com flexibilidade q.b.) remetendo para futuros documentos.

**6.** Assim: se o PP não pode ser concebido como se fosse para fazer tudo ao mesmo tempo – como se o programa inicial não pudesse mudar – também não pode ser desenhado como se fosse o seu autor a ante-projectar os projectos de realização; logo deve ser regido pelo critério de economia do que é determinante, distinguindo-o do que não o é.

**7.** O Planeamento de Pormenor tende a ser associado a uma Unidade de Execução ou uma UOPG embora não necessariamente: pode tratar-se de uma operação de simples loteamento (por iniciativa de proprietário único ou unificado pelo regime de «associação»). Em ambas as situações, as obrigações de obras de urbanização, cedências ao domínio público, limitações ao destino social ou funcional dos produtos finais, devem ser tidas em conta no próprio desenho, incluindo eventuais ligações exteriores ao seu perímetro exigidas pelo município. Mas mesmo nestes casos devem ser deixadas margens para futuras alterações nos programas e projectos da edificação e do próprio parcelaria a diferenciar na altura oportuna.

**8.** Nos casos correntes (não processados como Unidade de Execução), o Planeamento de Pormenor deve apoiar-se em instrumentos tão simplificados quanto possível que permitam resposta clara desde a informação inicial às pretensões particulares: sobre as orientações dos PDM (ou PU, caso exista); a clarificação da rede de espaço público que permite a operação, o ónus das ligações em falta que traduzem o grau de prioridade para o município. Só em casos de maior complexidade será legítima a interposição de PP mesmo simplificados devido à sua morosidade processual e dificuldade de alteração.

**9.** A administração local deve fazer a pedagogia, exemplificada pelos seus actos formais, dos critérios de economia e sustentabilidade que justificam uma discriminação positiva em favor da utilização da infra-estrutura instalada e da proximidade dos serviços públicos, quer se trate da cidade herdada quer da emergente.

**10.** A selectividade da informação com o carácter impositivo que se recomenda – traçado e regras – aproximam o PP do PU parcial, em desuso, e permite estender a sua área às ligações necessárias e suficientes para garantir a coesão dos tecidos e paisagens urbanas sem impor coletes de força, dispensáveis, ou prematuros, ao preenchimento das malhas. Na “escala intermédia”, o excesso de definição funcional e arquitectónica do edificado tem andado a par com o défice de prévia definição da morfologia urbana nos Planos Municipais, principal responsável pela confusão e fragmentação dos territórios urbanos.

*Os PP são um instrumento imprescindível, aí sim, para ajustar às “realidades” planos superiores, o que justifica a sua morosidade.*

**NUNO PORTAS**  
(nas conclusões do encontro Cidade para o Cidadão)

ABRIL 2006

## A SUL

OSCAR NIEMEYER  
RECEBE NOVO  
NÚMERO DO JA

Numa viagem ao Brasil, com o intuito de (re)visitar a obra de alguns mestres da arquitectura brasileira, organizada por José Manuel Rodrigues e Ricardo Carvalho – onde, entre outras pessoas se incluíam a Arq. Leonor Cintra Gomes e o Arq. José Adrião – foi entregue a Mestre Óscar Niemeyer um exemplar do novo número do JA. Óscar Niemeyer é Membro Honorário da Ordem dos Arquitectos desde 17 de Maio de 2002.

JOSÉ MANUEL RODRIGUES



José Manuel Rodrigues

## BAIXA DEPOIS DA BAIXA

No passado sábado dia 25 de Fevereiro realizou-se mais uma visita guiada no âmbito do ciclo «Baixa depois da Baixa». Desta feita o convidado foi o Arquitecto Michel Toussaint, com o tema «Os projectos modernos para a Baixa». Foi abordado o olhar que a modernidade teve sobre esta zona da cidade, desde as intervenções realizadas até às várias propostas que nunca saíram do papel, mas que nem por isso deixaram de ser elementos que proporcionaram o debate sobre como intervir e em que moldes nesta parte do tecido urbano.

JOSÉ MANUEL RODRIGUES



Sara Andrade

SEMINÁRIO  
TURISMO E SUSTENTABILIDADE

A SRS organiza um seminário sobre ordenamento do território, em data a anunciar, na Biblioteca Municipal de Tavira, com o tema «Turismo e Sustentabilidade».

O edifício da nova biblioteca, uma recuperação da antiga Cadeia Civil realizada por Miguel Mertens e João Luís Carrilho da Graça, abre ao público no início de Junho, pelo que o seminário só se realizará numa data posterior.

Está estruturado em dois painéis:

- **Painel 1.** Desígnio e Realidade Oportunidades e ameaças
- **Painel 2.** A Encomenda enquanto realidade Transformar a paisagem Turismo como património

Silvia Leiria Viegas

Tel. 213 241 140/45

formacaocontinua@oasrs.org



Daniel Malhão

## PRÉMIO AICA

## ARQUITECTURA 2005

Os arquitectos Manuel Aires Mateus e Francisco Aires Mateus foram distinguidos com o Prémio AICA 2005, atribuído pela Secção Portuguesa da Associação Internacional de Críticos de Arte, com o Patrocínio do Ministério da Cultura - Instituto das Artes, na categoria de Arquitectura. O júri, constituído por João Pinharanda, Ana Tostões, Leonor Nazaré, Rui Mário Gonçalves, Michel Toussaint e Lúcia Marques atribuiu o Prémio de Arquitectura 2005 por unanimidade aos arquitectos, "pelo seu percurso profissional, revelado na exposição "Aires Mateus: Arquitectura", que esteve patente no Centro Cultural de Belém, e confirmado também na recente inauguração do Centro Cultural de Sines."

## A NORTE

## EDITAL

## Processo

## Disciplinar n.º 4/2001

João Pedro Seródio, Presidente do Conselho Directivo Regional do Norte da Ordem dos Arquitectos, no cumprimento das competências atribuídas pelo n.º 1 do art.º 66.º do Estatuto da Ordem dos Arquitectos – EOA: FAZ SABER que o Conselho Nacional de Disciplina da Ordem dos Arquitectos, por Acórdão datado de 24 de Janeiro de 2005, entretanto transitado em julgado, referente ao Processo Disciplinar n.º 4/2001, em que é Participante o Instituto Português do Património Arquitectónico, Direcção Regional do Porto, considerou que a arguida Arq. Ana Maria de Jesus Sousa Roque Figueiredo, membro n.º 3962N, residente na Avenida Alexandre T. Cardoso, Lote 11, em Tarouca, violou o disposto no n.º 1 do art.º 45.º, na alínea a) do art.º 47.º e nas alíneas a) e b) do art.º 50.º, todos do EOA, pelo que foi condenada pela prática da infracção disciplinar na pena de: **censura**

nos termos da al. b) do n.º 1 do art.º 55.º do EOA.

Para constar se passou o presente edital que vai ser afixado e publicado de harmonia com as disposições legais aplicáveis. Porto, 10 de Fevereiro de 2006

JOÃO PEDRO SERÓDIO

NO BERÇO DA NAÇÃO  
OBRA ABERTA

Continua a decorrer o ciclo Obra Aberta, com as visitas guiadas a obras do arquitecto Fernando Távora.

A visita ao Mercado Municipal de Santa Maria da Feira e à Pousada de Santa Marinha, em Guimarães, conduzidas respectivamente pelos arquitectos José António Bandeirinha e Francisco Barata, foram as últimas visitas realizadas. O ciclo termina a 6 de Maio próximo, com a visita à Quinta da Conceição, em Leça da Palmeira, passando antes pela Casa de Ofir e pela Casa da Covilhã em Guimarães.

CARLOS ALBERTO FAUSTINO



Alexandre Kumagai

CICLO DE CONFERÊNCIAS  
EM TRÂNSITO

“em trânsito” é uma linha de programação aberta da OA-SRN que tem como objectivo apoiar, partilhar e ampliar a programação cultural com ligação à arquitectura, de outras entidades, não incluídas no seu plano de actividades.

“em trânsito” destina-se a acções transitórias e efémeras, a realizar em parceria com outras entidades, tirando partido da oportunidade temporal e/ou geográfica dos seus eventos, possibilitando a sua fácil extensão ao Norte de Portugal. “em trânsito” promove em especial conferências ou exposições, que possam ser organizadas de forma simples, económica e célere, que envolvam duas ou mais entidades num esforço conjunto.

Conferências  
agendadas

12 Maio

Serginson Bates

18 Maio

Vesely Dalibor

26 Maio

Caruso St John

02 Junho

Vittorino Lampugnani

Organização

Pelouro da Cultura OA-SRN

Comissariado

Luís Tavares Pereira, Teresa

Novais e Filipa Guerreiro

cultura@oasrn.org

Tel. 222 074 250 | Fax 222 074 259

www.oasrn.org



Casa Carlota. Fotografia de Christian Richters

CICLO DE EXPOSIÇÕES  
REUNIÃO DE OBRA I NORTE

Terminou no dia 12 de Março a primeira exposição do Ciclo Reunião de Obra dedicada ao tema: Recuperação sobre a obra Palácio do Freixo, de Fernando Távora e José Bernardo Távora.

Trata-se de um ciclo de conferência, exposição e visita guiada a obras de arquitectura, tendo como objectivo dar a conhecer a um público alargado a natureza complexa e interdisciplinar do trabalho do arquitecto, no processo de obra, focando as fase do Projecto de Execução e Assistência Técnica à obra, e caracterizando três momentos complementares:

- O trabalho no Atelier, a lenta procura da forma, incluindo ensaios de materiais e amostras, apoio técnico de especialistas, maquetes, etc;
- A Reunião de Obra propriamente dita, com o projecto de execução, elementos de procedimentos

operacionais, cronogramas de trabalhos, e outros;

- As Fases da Obra, descritas através de registos múltiplos, procurando documentar a sua evolução e aspecto final.

## Próxima Exposição

## HABITAÇÃO UNIFAMILIAR

30 Março > 21 Maio

Casa Carlota – Casa Laranjeira

Arq. José Paulo dos Santos

Museu dos Transportes

e Comunicações, Porto

O tema da habitação individual constitui um espaço experimental por excelência para o arquitecto. Mas é também um exercício de grande complexidade e enorme investimento. As duas casas que se apresentam, projectadas e construídas, em paralelo, para dois amigos, têm percursos e

referências diferentes, enfrentam contextos diversos, mas são o resultado intencional da pesquisa por uma “mesma casa”.

A casa Laranjeira, surge de um acréscimo e transformação de uma construção existente, de carácter labiríntico, com referências a Adolf Loos, enquanto a casa Carlota, mais racional, com referências a Louis Kahn, sendo uma construção de raiz, tem, por seu lado, que se ‘vergar’ à volumetria fraccionada imposta por um ‘indecifrável’ regulamento. No exíguo espaço dos lotes José Paulo dos Santos trabalhou e ‘manobrou’ a proporção e ritmo por forma a evidenciar uma leitura simples e hierárquica dos elementos constitutivos destes agregados.

PELOURO DA CULTURA OA-SRN

www.oasrn.org





(...) Encaro a nossa arquitectura como um “campo” (próximo da formulação de Pierre Bourdieu) “magnetizado” por sucessivas polaridades culturais – umas vezes em oposição, outras em complementaridade – geradoras de tensões na relação dos arquitectos portugueses com a própria sociedade em transformação. Para isso, e consciente do risco de simplificar o que é naturalmente complexo, apresento alguns universos dicotómicos que, em meu entender, induziram a produção do nosso espaço edificado, ao longo do último século, situando-os, grosso modo, entre os limites definidos na periodização deste levantamento, perspicazmente enquadrados pela sua coordenadora científica e pelos seis coordenadores das diferentes regiões inquiridas.

Se olharmos para o século XX português, percebemos que, apesar da sua condição geograficamente periférica, este País atravessou, em pouco mais de meia dúzia de décadas, os grandes impactos políticos que definiram a História da Europa Contemporânea. Neste sentido, e entre nós, os “movimentos” republicano (com epicentro em 1910), fascista (em 1926) e socialista (em 1974) “semearam”, no pensamento e na prática arquitectónicas, novas convicções ideológicas que depressa geraram também novas dúvidas metódicas. De igual modo, o confronto com realidades externas, como a pacificação e a modernização da Europa (pós-1945) ou a integração na CEE (a partir de 1986), obrigaram a cultura portuguesa a reposicionar-se em face, primeiro, do internacionalismo político e, mais tarde, da globalização económica e cultural, fenómenos marcantes da segunda metade do século.

Estes cinco factores históricos tiveram naturalmente reflexos na produção arquitectónica retratada pelo presente Inquérito, sobretudo naquela em que a arquitectura se constituiu como instrumento de poder e, por reacção, também de contracultura. (...)

*Campo Magnético, Polaridades e tensões na Arquitectura Portuguesa do Século XX*  
NUNO GRANDE

(...) Se ficamos deslumbrados perante a admirável arquitectura do século XX em Portugal, reprimimos simultaneamente um choque duplo em face das mudanças que, a longo prazo, se vão fazer sentir no ambiente: o consumo constante da terra para a construção e a conflagração cíclica das áreas florestais. (...) Os dois elementos que mais claramente dão relevo a este desenvolvimento da modernização no domínio do desenvolvimento arquitectónico e urbano, na segunda metade do século XX, são a habitação unifamiliar e o automóvel particular. (...) Neste sentido, a modernização consiste no processo através do qual a luta pela autonomia absoluta, a nível pessoal e colectivo, se vai gradualmente realizando. O seu momento estético procura libertar, abstrair de tudo o que conserva um fenómeno cultural dentro do seu contexto original. (...)

De modo sucinto e necessariamente redutor, penso que, ao longo do século XX, em Portugal, é possível observar uma mudança de uma preocupação colectiva com a identidade cultural através da constituição da sua arquitectura, para uma preocupação individual com a identificação com a concepção arquitectónica do próprio arquitecto. A geração mais antiga de arquitectos, em especial aqueles que estiveram em actividade durante as longas décadas do regime salazarista, viveu aquilo que já designei por uma oscilação de sentimentos. Subsequentemente à afirmação determinada de um urbanismo e princípios arquitectónicos modernos, no famoso Congresso Nacional de Arquitectura de 1948, surgiu uma torrente de realizações de construção urbana, complexos habitacionais e edifícios inspirados no racionalismo da Europa central – principalmente no trabalho de Le Corbusier. No entanto, em nenhum momento do século XX terá havido um estilo consistente, ou mesmo dominante, partilhado por todos os arquitectos. Houve, em todas as épocas, figuras individuais, cuja reflexão sobre as questões então contemporâneas, a nível político, social, cultural e tecnológico, as levou a formularem uma atitude conceptual coerente e madura, relativamente à situação moderna em permanente mudança. (...)

*A Arquitectura do Século XX em Portugal: A Modernidade como Fonte de Orgulho e Melancolia*

WILFRIED WANG

## IAPXX PARA TODOS BARCELONA, PORTO, LISBOA E INTERNET

Com Abril, chegou a fase de apresentação pública do resultado do IAPXX – Inquérito à Arquitectura do Século XX em Portugal.

A apresentação dos resultados do inquérito e o lançamento do catálogo terão lugar, em estreia, em Barcelona, na Fundació Mies van der Rohe a 24 e 25 Abril, e na cidade do Porto, a 28 Abril. No final de Maio, a sede nacional da Ordem acolhe um painel de conferências, com apresentações pelos arquitectos coordenadores das equipas de trabalho de campo em cada região.

A aposta mais forte na divulgação está centrada na divulgação do site IAPXX [www.iapxx.pt], que abre com uma selecção de fotografias de 20 edifícios considerados representativos da diversidade que caracteriza o Inquérito. As mesmas fotografias serão utilizadas numa campanha de mupis urbanos de âmbito nacional.

Cinco centenas de obras foram seleccionadas para a produção do catálogo e de um CD-Rom a serem disponibilizados brevemente. Os textos publicados integram o catálogo na sua versão integral.

### Em busca da Arquitectura Portuguesa do século XX

1. As transformações que ao longo dos últimos cem anos, em particular a partir dos anos 50, se deram no território português colocam-nos perante contradições a que, como arquitectos, não podemos fugir: como é possível que, num século em que tanto se construiu, o sentimento mais generalizado seja o de que o País “está destruído”? Até que ponto é que esta “destruição” (a ser verdadeira) nos responsabiliza? Qual o lugar da arquitectura contemporânea no nosso território e, mais especificamente, no nosso património cultural? A falta de distanciamento temporal, a diversidade de escalas e tipologias, o carácter “vulgar” de grande parte da produção e o recurso a tecnologias e materiais perecíveis fazem com que a arquitectura do século XX não seja sequer reconhecida como algo de valioso que deve ser preservado. É por isso que se trata de um património frágil e ameaçado de degradação e extinção. E, no entanto, como nos ensinou Fernando Távora, “património é só um, passado, presente e futuro”. O século XX faz parte dessa herança, que nos cabe preservar e ampliar. É essa a razão de ser deste trabalho.

2. Há cem anos, construía-se para várias gerações. A própria expressão inglesa para “património imobiliário” (real state) transmite esse conceito de segurança intimamente associado ao acto de construir. Mas as revoluções tecnológicas e a própria aceleração da história levaram à contracção do tempo de vida do edificado, numa voracidade de mudança patente à escala global. Entretanto, a esperança de vida humana aumentou espectacularmente, apesar de tais aumentos se encontrarem muito desigualmente distribuídos no Planeta, ou seja, a relação entre o tempo de vida dos edifícios e o tempo de vida de quem os habita invertiu-se. Hoje, as pessoas duram mais do que o seu quadro de vida. Esta inversão contribui para um sentimento de instabilidade e nostalgia face aos quadros de vida para sempre perdidos, o que traz consigo um desejo de “musealizar” vestígios de um passado que se mitifica, ou

de impor o regresso a pretensas “traças originais” (que ninguém sabe quais são), desprezando o valor inovador da produção arquitectónica contemporânea, aliás profundamente desconhecida entre nós.

3. Por todas estas razões, sentimos que era dever da Ordem dos Arquitectos contribuir para um melhor conhecimento da arquitectura portuguesa nos últimos cem anos. Daí nasceu o projecto do IAPXX – Inquérito à Arquitectura do Século XX em Portugal, em boa hora financiado pelo Interreg-Sudoeste. Partíamos de uma vontade de conhecer e dar a conhecer, animados pelo exemplo daquela geração de arquitectos que, nos anos 50, lançou o Inquérito à Arquitectura Regional Portuguesa. Baseámo-nos numa metodologia análoga – a divisão do País em regiões, neste caso quatro para o Continente e duas para os Açores e Madeira. Obviamente, usámos os novos meios ao nosso alcance: carros em vez de lambretas, computadores, máquinas fotográficas digitais, base de dados, software apropriado. Porque o tempo era escasso e o campo de análise vastíssimo, impusemos às equipas ritmos infernais e à coordenação científica a enorme tarefa de coordenar critérios, cronologias e selecções que, à partida, já sabíamos nunca poderem ser absolutamente objectivos. Mas, sem o entusiasmo heróico de todos os que participaram neste trabalho, o resultado que aqui trazemos, mesmo que provisório e incompleto, seria de todo impossível.

4. O que agora submetemos à avaliação do público e dos nossos pares é necessariamente, como escreve José Bandeirinha, um “processo aberto”, ou uma “construção de pistas, mesmo que mínimas”, como diz Sérgio Fernandez. As dificuldades foram muitas, a começar pela acessibilidade a fontes iconográficas que a cooperação com as autarquias permitiu, em alguns casos, superar, mas que ficou largamente aquém do desejado. Vale a pena recordar a urgência de pôr de pé um depósito legal de projectos de arquitectura, previsto na lei, mas sem exequibilidade até à data. Na sua ausência, os arquivos camarários e as bases de dados de entidades como a Direcção-Geral de Edifícios e Monumentos Nacionais (DGEMN) e o Instituto Português do Património Arquitectónico

### O PROJECTO IAPXX

O Inquérito à Arquitectura do Século XX em Portugal (IAPXX) é uma iniciativa da Ordem dos Arquitectos em parceria com a Fundació Mies van Der Rohe e o Instituto das Artes, co-financiada pelo Interreg/SUDOE, que tem como objectivo inventariar o património arquitectónico do século XX criando as bases para o seu conhecimento, valorização e preservação. O IAPXX foi estruturado em três fases: 1. a definição metodológica e conceptual, com a realização do I Seminário Internacional de reflexão sobre a matéria, a organização no campo com a constituição das equipas e a concepção da base de dados suporte do arquivo digital; 2. o trabalho de campo e o carregamento dos dados na base

de dados, com a avaliação intermédia no II Seminário Internacional; 3. após um balanço dos resultados que teve lugar no III Seminário em Novembro de 2005, o trabalho nos conteúdos e o investimento na pesquisa documental que culminará com a disponibilização de uma base de dados on-line onde constarão cerca de 6.000 obras.

#### DURAÇÃO

Duração projectada: 24 meses

Duração final: 32 meses

Início: Setembro de 2003

Término: Abril de 2006

#### ORÇAMENTO

Orçamento global: €1.150.066,00

Apoio Interreg/SUDOE através do FEDER: €845.050,00 (cerca de 74%)

#### DADOS ESTATÍSTICOS

Concelhos visitados: 299

Quilómetros percorridos: 120.122

Fichas: 6.112

Fotografias: 82.328

(IPPAR) são as principais fontes disponíveis, a que agora se irá acrescentar a base de dados do IAPXX – que será colocada on-line. Facilmente se compreenderá que não só admitimos, como agradecemos, a correcção e o aprofundamento de todo o material que iremos tornar publicamente acessível e que dirá respeito a mais de 6000 fichas de edificações inventariadas, 100.000 fotografias, 180.000 km percorridos e 290 municípios cobertos (num total de 308).

5. Os critérios de selecção dos casos inventariados ficaram integralmente à responsabilidade das equipas e respectivos coordenadores, sob a orientação científica de Ana Tostões. A metodologia do trabalho previa três seminários internacionais em que tais critérios, bem como o trabalho de campo realizado, fossem discutidos e avaliados. Esses seminários tiveram lugar em Lisboa (Fevereiro de 2004 e Março de 2005) e Coimbra (Novembro de 2005), e foi possível, quer aos nossos consultores internacionais, quer aos parceiros iniciais do projecto, quer ainda aos membros do Conselho Consultivo alargado que entretanto foi constituído, discordar, criticar e sugerir. Mas há uma dose inescapável de subjectividade em todos os inventários não exaustivos, como este. De um modo geral, os critérios retidos foram os da representatividade cronológica, estilística, regional ou tipológica, sem ignorar alguma valoração da “qualidade arquitectónica”.

Se o País é desigual, as marcas que no seu território foram deixadas pela arquitectura do século XX também são muito desiguais. Daí que, em cada região, tivesse de haver adaptações destes critérios, de acordo com as especificidades e com a importância relativa que cada equipa entendeu dar ao material inventariado. Seja como for, o todo é mais do que a soma das partes. A visão de conjunto explica mais do que a sequência de seis visões regionalizadas. Há uma interpenetração de influências que permite uma leitura mais global e uma melhor compreensão do porquê e da importância de certas obras em certos lugares. Por isso privilegiamos, no livro, não a lógica regional, mas a organização cronológica geral, balizada pelos períodos evidenciados no texto de Ana Tostões que, de certa

maneira, constitui um “guião” desta história.

6. O Inventário resultante do IAPXX não é, nem um ranking da “melhor” arquitectura do século passado, nem uma listagem completa e final de tudo o que se fez. Seleccionámos para o livro cerca de 500 obras do total das mais de 6000 inventariadas. O critério de selecção não significou uma escolha de excelência. Casos pioneiros ou inaugurais podem sobrepor-se a outros, de eventual melhor “qualidade”, mas menor representatividade cronológica. A insuficiência de dados disponíveis também levou a sacrificar prioridades iniciais. Por outras palavras, o IAPXX não pretende ser um catálogo de prémios, nem uma História da Arquitectura Portuguesa do século XX. É apenas um ponto de partida, corajoso e extenso, sem dúvida, mas sempre incompleto. E sobre ele terão de incidir agora outros olhares que o contextualizem historicamente, como o faz Nuno Grande, que o aprofundem e interpelem, como o fazem Nuno Portas ou Wilfried Wang. Investigadores deverão continuar o que se lançou, críticos e historiadores dissecar e interpretar o que se inventariou. E novas gerações de arquitectos irão acrescentar a este testemunho a sua própria contribuição para o património da arquitectura em Portugal. É com este sentimento de humildade perante a incompletude do trabalho feito, mas ao mesmo tempo de grande alegria pelo contributo que ele representa, que o trazemos à luz. (...)

11. (...) O que fica, disse um dia Hölderlin, os poetas o fundam. A arquitectura é uma marca física da capacidade poética de fundar e transformar a “casa do ser”. Creio que nas obras que se incluem neste livro podemos ler alguns versos, apenas alguns versos, desse poema maior que é o da história de um País que se reconhece e projecta num território aberto ao mar e numa cultura aberta ao Mundo.

HELENA ROSETA





1



2



3



4



5



6



7



8



9



10



11



12

1 Vila Marques, autor desconhecido, Estação Caminho-de-ferro Ortiga (Mação), 1906; Habitação Unifamiliar – Centro

2 Edifícios de Comando e Descarga da Barragem de Miranda do Douro, João Archer – Hidroeléctrica do Douro, SARL, 1956-1959; Hidroeléctrica – Centro

3 Fábrica da Sociedade Central de Cervejas e Bebidas, Eduardo Iglésias, Vialonga (Vila Franca de Xira), 1965-1968; Equipamento Industrial – Lisboa e Vale do Tejo

4 Igreja da Ribeira Chã, Eduardo Read Teixeira, Lagoa, 1960-1962; Igreja – Açores

5 Central Hidroeléctrica da Ribeira da Janela, Raul Chorão Ramalho, Porto Moniz, 1958-1971; Hidroeléctrica – Madeira

6 Edifício da Valentim de Carvalho, Atelier Conceição Silva, Paço de Arcos (Oeiras), 1969-1970; Equipamento Industrial – Lisboa e Vale do Tejo

7 Casa Almeida Lima, João Correia Rebelo, Ribeira Grande, 1960-1961; Habitação Unifamiliar – Açores

8 Moradia João Barros, Teresa Goes Ferreira, Funchal, 1998; Habitação Unifamiliar – Madeira

9 Pousada da Nossa Senhora das Neves, Cristiano Moreira e J. Coutinho, Almeida, 1971-1987; Pousada – Norte

10 Instituto de Socorro a Náufragos, autor desconhecido, Fusetas (Olhão), sem data; Equipamento Público – Sul

11 Farmácia Vitália, Manuel Marques, Porto, 1932; Loja – Norte

12 Casa de Retiro com Capela, Gomes da Costa, São Lourenço do Palmeiral (Silves), sem data; Equipamento Religioso – Sul

## Uma obra aberta

O trabalho que agora se conclui representa o culminar de uma árdua tarefa de levantamento da produção arquitectónica do século XX em Portugal. Foi conduzido com perseverança e paixão por seis equipas que, no terreno, inventariaram mais de cinco mil obras recolhidas em base de dados. A cronologia foi baseada estritamente no que significa o arco temporal do século XX, considerando-se obra terminada até ao final do ano 2000 e, na mesma medida, concluída em 1900. A base de dados foi elaborada com a ambição de aprofundar o conhecimento e permitir trabalhar com rastreios mais finos organizados por autores, tipologias funcionais ou cronologias, entre muitas das diversas hipóteses. A base de dados que foi possível elaborar tem, sem dúvida, numerosas lacunas e, até, eventuais imprecisões. Nesta publicação, revela-se uma primeira apresentação de cerca de cinco centenas de entradas que correspondem não só às obras mais importantes, mas também àquelas que foi possível completar e juntar informação. Muitas outras fichas, no conjunto das mais de seis mil obras ou conjuntos inventariados, deverão, desejavelmente, ser completadas. Obra em aberto, importa encarar esta tarefa como o início de um esforço que deverá ser potenciado em tempo mais longo. Por isso o encaramos como fundamento de novas pesquisas, mais amplas e aprofundadas, que venham a completar ou corrigir os elementos fornecidos. No conjunto das obras seleccionadas para este livro, é apresentada uma visão parcial do levantamento efectuado organizado cronologicamente. Diluídos no tempo e no território do Continente e das Ilhas, surgem os trabalhos realizados pelas seis zonas de trabalho. No Norte, para além do Porto e da produção qualificada mais conhecida nacionalmente e divulgada internacionalmente, constrói-se uma genealogia desde o início do século que ajuda a perceber momentos e figuras referenciais de percurso, e que permite realizar com objectividade a dimensão de um conjunto de produções específicas localizadas no território e que vão desde os processos de construção

das barragens transmontanas, ao epicentro com enfoque em Caminha, e que tem sido qualificadamente fixado de Ventura Terra a Álvaro Siza. As estruturas de lazer constituem uma das mais interessantes concentrações da zona Centro, do Buçaco à Figueira da Foz, ajudando-nos a perceber o processo de ocupação do território até às surpreendentes manifestações contidas no entendimento das estruturas do passado, referenciadas modelarmente ao trabalho que, ao longo de uma década, tem vindo a ser conduzido pelo Atelier 15 em Idanha-a Velha. Lisboa e a região do Vale do Tejo surgem como uma fixação estabilizada de um século de produção concentrada na capital, mas onde se marca no território a conquista de uma modernidade ligada ao veraneio, ao equipamento público ou às estruturas industriais. Mas é na produção da habitação em quadro urbano que se vislumbra uma maior transformação ao longo de todo o século XX, num quadro que implica uma reflexão e uma actuação conformes. A Sul, um largo e vasto território concentra pulsões entre um litoral transformado a partir dos anos 60 e uma genuína especificidade mantida no interior, onde se podem situar as maiores disparidades e, talvez também, ameaças de sobre-ocupação que importa transformar qualificadamente. Os territórios insulares mostram a competência e a originalidade da sua produção arquitectónica. Dos Açores, com os surpreendentes momentos surgidos através da obra qualificada de um Read Teixeira, da coragem fixada na denúncia moderna de um “Não!” de João Correia Rebelo ou da referência contemporânea de Pedro Maurício Borges. Na Madeira, com a plêiade da novíssima geração até à referência de um Chorão Ramalho e, passando, é claro, obrigatoriamente pelo Casino Parque Hotel de Niemeyer e Viana de Lima, regista-se a construção de um século de ouro onde se fixa o melhor dessa produção.

### ANA TOSTÕES

(da introdução ao catálogo)

## Uma Ideia

É curioso pensar agora que este projecto começou há 3 anos atrás, antes do Ano Nacional da Arquitectura 2003, antes do Euro 2004 e de todos os estádios, antes das sucessivas mudanças governamentais, antes de tantos acontecimentos que tornam este tempo imenso e tão curto para a realização do «Inquérito à Arquitectura do Século XX». Uma questão, na minha opinião sem interesse, tem sido colocada por diversas pessoas no decorrer deste Inquérito e para a qual eu tenho a resposta, embora também irrelevante. A pergunta é simples: “Quem teve a ideia?”; e a resposta, também: “Não sei”. Na verdade, a ideia de um inventário da arquitectura do século XX foi no final do século passado diversas vezes enunciada, a propósito de trabalhos específicos como exposições ou estudos sobre temáticas, tendo mesmo chegado a ser formulado um programa de trabalho e iniciado o levantamento com a mesma designação em 1995. A ideia deste inventário, a que chamámos “Inquérito à Arquitectura do Século XX”, foi do Conselho Directivo Nacional da Ordem dos Arquitectos, presidido por Helena Roseta, e é o resultado de um objectivo, de uma oportunidade e de um legado. **OBJECTIVO** Em 2002, ao longo de alguns meses, um grupo de arquitectos, por vezes mais de meia centena, debateu o modelo de organização de arquitectos que pretendia, ou seja, como é que deveria ser e como deveria actuar a Ordem dos Arquitectos, e qual poderia ser o seu contributo para a alteração da situação que então se vivia; debate e respectivas conclusões deram origem a uma candidatura a todos os órgãos da Ordem, cujo resultado foi a eleição a nível nacional e sul. Vários foram os temas então discutidos e depois transpostos para o programa eleitoral mas houve um que, embora várias vezes abordado, não foi apresentado porque havia a consciência de ser um trabalho que os meios existentes na Ordem não permitiriam concretizar: o levantamento do trabalho dos

arquitectos no país, em particular no século XX. A inexistência de um registo de autorias dos trabalhos de arquitectura, de um inventário de arquitectura do século XX é – em breve poderemos dizer era – uma debilidade para o debate sério e justificado da importância do trabalho do Arquitecto em Portugal; saber o que fizeram os arquitectos, onde, quando e, se possível, como, é imprescindível para avaliar o seu contributo para a qualidade de vida em Portugal, para passar do exemplo da excelência para o princípio de que a arquitectura pode ser um bem comum acessível a todos. **OPORTUNIDADE** Em 2003 foram abertas candidaturas para um programa da União Europeia no âmbito do FEDER designado Interreg-SUDOUE, destinado às regiões do sudoeste europeu o que abrange todo o país, o sul de Espanha e de França; este programa comunitário visa o desenvolvimento regional e entre os vários âmbitos de trabalho possível encontra-se a inventariação, com diversos fins. Este programa destina-se a co-financiar iniciativas de parcerias entre entidades, dos municípios a associações como é a Ordem. Quando a Arq. Helena Roseta, ainda então deputada, trouxe, via Assembleia da República, o dossier do Interreg, chegámos à conclusão que seria possível concretizar uma candidatura pois o objectivo estava definido e tínhamos as condições necessárias para o efectuar: condições internas na Ordem para albergar um projecto deste tipo e contacto com os parceiros nacionais e internacionais exigidos. **LEGADO** Em 2004 publicámos a quarta edição da “Arquitectura Popular em Portugal”, publicação anunciada no Ano Nacional da Arquitectura na homenagem efectuada a todos os intervenientes no Inquérito – Francisco Keil do Amaral, Fernando Távora, Rui Pimentel, António Menéres, Octávio Lixa Filgueiras, Arnaldo Araújo, Carlos Carvalho Dias, José Huertas Lobo, João José Malato, Nuno Teotónio Pereira, António Pinto de Freitas, Francisco Silva Dias, Frederico George, António Azevedo Gomes,

Alfredo Mata Antunes, Artur Pires Martins, Celestino de Castro, Fernando Torres e José António Galhoz - numa inesquecível sessão pública de atribuição do título de membro honorário, onde foram homenageados os presentes e os ausentes. A publicação não foi apenas a reedição de um livro de sucesso mas um tributo, por parte da Ordem ao qual se associou o IPPAR, a um trabalho essencial da cultura portuguesa e que constituiu o legado que transportámos como exemplo para este novo inquérito. Exemplo de princípio, de conhecimento, de abrangência e de contributo dos arquitectos para a sociedade, mas também metodológico, nomeadamente na forma de organização por equipas e na importância do registo factual. Para concluir, que o mais importante não é quem teve a ideia ou definiu a iniciativa que deu corpo ao objectivo, aproveitámos a oportunidade e, no respeito e na continuidade do legado do Inquérito à Arquitectura Regional Portuguesa, temos a esperança de que os resultados alcançados venham a ser úteis para todos os interessados contribuindo para o conhecimento, divulgação e defesa da Arquitectura passada e futura. **NOTA** Apesar de considerar que o resultado e as obras identificadas são mais importantes do que a iniciativa em si mesma, não quero deixar de salientar que a candidatura foi elaborada pelas arquitectas Helena Roseta e Leonor Cintra Gomes e pelo Eng. João Paulo Saraiva, tendo também eu tido a oportunidade de participar nesta equipa, que contou com a imediata disponibilidade do então Director do Instituto da Arte Contemporânea (actual Instituto das Artes), Arq. José Manuel Fernandes, e do Director da Fundação Mies van der Rohe, Dr Lluís Hortet. A candidatura, efectuada num curtíssimo espaço de tempo, só foi possível graças aos inúmeros amigos a que recorreu e aos quais a Ordem está reconhecida. **JOÃO AFONSO**

## FICHA TÉCNICA

### Equipa de Coordenação

Responsáveis do Projecto  
Helena Roseta e João Afonso (OA)  
Interlocutores dos Parceiros no Projecto  
Manuel Henriques (Instituto das Artes) e Laura Arenas (Fundació Mies van der Rohe)  
Coordenação Científica do Projecto  
Ana Tostões  
Gestor do Projecto  
João Paulo Saraiva  
Assessoria do Projecto  
Mariana Franco e Ana Paulista  
Trabalho de campo  
Equipa Norte  
Coordenador: Sérgio Fernandez com Inês Calor, José Manuel Capela, José Miguel Brás Rodrigues, Paulo Monteiro e Pedro Araújo  
Equipa Centro  
Coordenador: José António Bandeirinha com Gonçalo Canto Moniz, Isabel Bolas, José Manuel Oliveira, Susana Lobo e a colaboração de Marco Bruno Andrade Maio, Raquel Pratas e Sabina Karamehdovich  
Equipa Lisboa e Vale do Tejo  
Coordenadores: João Vieira Caldas e José Silva Carvalho com Conceição Corte Real, João Santa Rita, João Alves da Cunha, Miguel Judas, Pedro Garcia da Fonseca e Sofia Curto  
Equipa Sul  
Coordenadores: Michel Toussaint e Ricardo Carvalho com José Manuel Rodrigues, Patrícia Bento d’Almeida, Rui Mendes e Vítor Mestre  
Equipa Açores  
Coordenador: João Maia Macedo com Manuela Braga, Mafalda Vicente e a colaboração de Luís Moreira e Marco Pimparel  
Equipa Madeira  
Coordenador: Luís Vilhena com Pilar Luz  
Outros Colaboradores  
Ao longo do projecto um conjunto de colaboradores da Ordem dos Arquitectos, da Fundació Mies van der Rohe e Instituto das Artes contribuíram para a concretização dos seus objectivos.



# CONCURSOS

## A DECORRER

### PRÉMIO INTERNACIONAL TEKTÓNICA '06 LUXO PARA TOD@S

#### Associação Industrial Portuguesa / Ordem dos Arquitectos

Com a novidade de ter um âmbito internacional, o prémio instituído pela Associação Industrial Portuguesa - Feira Internacional de Lisboa e organizado pela Ordem tem este ano por tema o Luxo. O conceito «Luxo» não deriva necessariamente da noção de riqueza. Sobretudo em tempos de crise existe a tendência para uma exacerbação do luxo transformando-o num espectáculo de orçamento sem limites. Neste concurso de ideias pretende-se uma reflexão sobre o Luxo, enquanto valor do desenho e utilização de materiais e soluções inteligentes. Pretende-se uma reflexão sobre a melhoria da qualidade de vida que não redunde numa operação de vaidade ou demonstração de poder. Pretende-se que o concorrente desenhe um espaço de luxo, para habitação temporária de um casal, que não exceda a volumetria de 250m<sup>3</sup>. Ao concorrente compete identificar genericamente o local para o qual projectou este espaço, que poderá ser desde um edifício existente até um habitáculo a dispor num parque natural ou numa praça. Para cada proposta a concurso é necessário incluir uma estimativa de custos. As propostas de arquitectos inscritos na Ordem (membros efectivos e estagiários com a situação regularizada e que não apresentem incompatibilidades ou relações familiares com os elementos do Júri), nos termos fixados no ponto VI - Elaboração da Candidatura do Regulamento, podem ser entregues até 21 de Abril.

Rita Palma / Tel. 213 241 110 / Fax 213 241 101 / cultura@ordemdosarquitectos.pt  
www.ordemdosarquitectos.pt

### CELEBRAÇÃO DAS CIDADES 2, CC2

#### CONCURSO INTERNACIONAL DE IDEIAS PARA ARQUITECTOS E ESTUDANTES DE ARQUITECTURA

Na primeira edição (2003-2004), o concurso Celebração das Cidades reuniu exemplos de acupuntura, ou seja, propostas locais - mesmo pontuais, por analogia - para requalificar a cidade em áreas sensíveis. Desta feita, o convite da UIA retoma a sugestão da «acupuntura urbana» para dar resposta a três desafios: tornar a cidade atraente e sedutora; tornar a cidade acolhedora e assegurar a mobilidade dentro da cidade e entre as cidades. Os trabalhos distinguidos estarão no Bienal de Arquitectura de Veneza. O Concurso desenvolve-se on-line, onde se processa, num mesmo momento, a inscrição e o envio das propostas, entre 19 e 27 de Abril.

ri@ordemdosarquitectos.pt / info@celebcities2.org  
www.celebcities2.org

### CONCURSO INTERNACIONAL SOBRE TECNOLOGIAS FOTOVOLTAICAS

#### PROPOSTAS ATÉ 15 JULHO 2006

O Centro de Estudos em Inovação, Tecnologia e Políticas de Desenvolvimento do Instituto Superior Técnico organiza a competição internacional de design «Lisbon Ideas Challenge (LIC) - Designing with Photovoltaics - New Energy Concepts for the Built Environment». A competição destina-se a arquitectos, engenheiros e designers com interesses na área de novos conceitos energéticos para o meio urbano e pode ser desenvolvida quer por equipas universitárias quer por equipas individuais com espírito empreendedor. Pretende promover ideias inovadoras que integrem na sua concepção sistemas e tecnologias fotovoltaicas.

Joana Fernandes / jomifernandes@gmail.com / Tel. 963 303 023  
www.lisbonideaschallenge.com.pt

### EUROPAN 8

#### ENCERRAMENTO DO CONCURSO

Entre Abril e Junho realizam-se os eventos de encerramento do Concurso European 8 a nível nacional e internacional.

O evento a nível nacional realiza-se em Palmela e terá uma visibilidade acrescida, com dossiers em vários órgãos de comunicação, nomeadamente na separata da revista "Arquitecturas".

A entrega de prémios, a exposição dos trabalhos e o lançamento do catálogo nacional terão lugar em Palmela no dia 5 de Maio na Biblioteca Municipal de Palmela (Largo São João Baptista).

Na oportunidade são apresentados os projectos distinguidos em Coimbra, Figueira da Foz, Funchal, Palmela e Sintra, pelas respectivas equipas projectistas. Está ainda prevista uma conferência por um membro do Júri European 8 Portugal (convite a Frédéric Bonnet, premiado European 3 em Alicante). A exposição estará patente ao público entre 22 de Abril e 12 de Maio no mesmo local. O evento é aberto a todos e não necessita de inscrição prévia.

O encerramento internacional realiza-se a 30 de Junho em Dordrecht (Holanda), com apresentação dos projectos premiados em todos os países participantes.

### CONCURSO PÚBLICO DE IDEIAS PARA O MERCADO DE CASCAIS E ZONA ENVOLVENTE

Conforme previsto foi no dia 15 de Março reaberto o Acto Público, no qual o júri divulgou a hierarquização dos trabalhos, tendo sido atribuídas as seguintes posições:

- 1.ª Posição: Neri Marco
- 2.ª Posição: Arkiby - Arquitectura e Urbanismo, Lda
- 3.ª Posição: Bernardo Almeida Lopes

Membro do júri nomeado pela Ordem: Arq. José Mateus

# AGENDA ABRIL

## ORDEM DOS ARQUITECTOS

### 6 > 21

#### 07. REUNIÃO DE OBRA

JOÃO MENDES RIBEIRO  
Edifício do CENTRO DE ARTES VISUAIS, em Coimbra  
Dia 6. Inauguração da Exposição + Conferência, Sede da Ordem dos Arquitectos, Lisboa, 21h  
Dia 8. Visita guiada pelo autor à obra

Local de encontro: 10h, entrada sede nacional da Ordem, Lisboa 15h, entrada Centro de Artes Visuais em Coimbra  
Inscrições: máximo 60 pessoas  
Patrocínio SAPA PORTUGAL  
Tel. 213 241 140/5  
secretaria2@oasrs.org

### 8

Visitas guiadas a obras de arquitectura de Fernando Távora

#### OBRA ABERTA

CASA DE OFIR  
Sérgio Fernandez  
Inscrições a partir de 3 de Abril: máximo 40 pessoas  
Tel. 222 074 250  
Programação completa em  
www.oasrn.org/cultura.php

### 17

#### PROFISSÃO: ARQUITECTO

Envio do questionário preenchido em envelope RSF  
www.ordemdosarquitectos.pt

### 18

Ciclo de Conferências para Profissionais  
**TERÇAS TÉCNICAS**  
'FACHADA AUTO SUSTENTÁVEL - TECNOLOGIA COM AVALIAÇÃO DO IMPACTO ENERGÉTICO'  
Auditório da Associação Nacional de Jovens Empresários, Porto, Participação sujeitas a inscrição (lugares limitados)  
Promoção TECHNAL

A ficha de inscrição foi publicada no caderno Destaque no mês de Março e está disponível para download em  
www.ordemdosarquitectos.pt

### 22

Visitas guiadas a obras de arquitectura de Fernando Távora

#### OBRA ABERTA

CASA DA COVILHÃ  
José Bernardo Távora  
Inscrições a partir de 17 de Abril: máximo 40 pessoas  
Tel. 222 074 250  
Programação completa em  
www.oasrn.org/cultura.php

### 24 > 25

Exposição + Conferências  
**EXPOSIÇÃO RESULTADOS IAP-XX**  
Col.legi d'Arquitectes de Catalunya  
Placa Nova, 5  
08002 Barcelona  
www.ordemdosarquitectos.pt

### 28

Exposição  
**HABITAR PORTUGAL 2003/2005**  
SELECÇÃO MAPEI/OA  
Data limite para apresentação de candidaturas  
Rita Palma  
Tel. 213 241 110 / Fax 213 241 101  
cultura@ordemdosarquitectos.pt  
www.ordemdosarquitectos.pt

### 29

Visita Guiada  
**BAIXA DEPOIS DA BAIXA**  
Café Martinho da Arcada, Praça do Comércio, Lisboa, 10h por Arq. Gonçalo Byrne  
Inscrições - 10€ (IVA incluído)  
Pagamento - Os interessados deverão pré-inscrever-se para a visita pretendida a partir do dia 1 do mês correspondente. Deverão, depois, confirmar a inscrição que pode ser feita até ao dia 17 de cada mês:  
> na secretaria da Secção regional do Sul, de 2.ª a 6.ª, entre as 10 e as 19h  
> por cheque ou por transferência bancária (NIB 0007.0023.0046637.0007.06), enviando o(s) nome(s) da(s) inscrição(ões) e o comprovativo de pagamento com a seguinte referência: «Baixa depois da Baixa, Ciclo de visitas guiadas» por fax ou email.  
Tel. 213 241 140/5.  
Fax 213 241 169  
secretaria2@oasrs.org

### 30 > 21 MAIO

**#002 REUNIÃO DE OBRA [NORTE]**  
HABITAÇÃO UNIFAMILIAR  
CASA CARLOTA - CASA LARANJEIRA  
José Paulo dos Santos, Porto  
Museu dos Transportes e Comunicações, Alfândega, Porto, de 3.ª a 6.ª das 10 às 12 e das 14 às 18 horas; Sábado e Domingo, das 15 às 19 horas  
Entrada Livre  
1 Mai. Visita guiada à obra  
Programação completa em  
www.oasrn.org/cultura.php

### > 28 MAIO

exposição  
**PRÉMIO SECIL DE ARQUITECTURA 2004**  
Átrio do novo Edifício da Câmara Municipal de Torres Vedras, Av. Cinco de Outubro, Torres Vedras, das 8h30 às 18h, todos os dias  
www.ordemdosarquitectos.pt

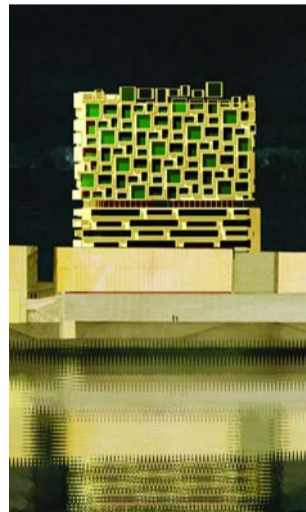
## APOIO DIVULGAÇÃO

**3 > 13**  
exposição  
**SANTA-RITA ARQUITECTOS: A POÉTICA DA FRAGMENTAÇÃO**  
Sala mostre Guido Nardi, Via Ampere 2, Milão  
Organização: Instituto Politécnico de Milão (IPM), a convite da Prof. Eleonora Bersani e Alessandro Solci.  
A exposição abrange um conjunto de trabalhos recentes do Atelier Santa-Rita

Arquitectos cuja abordagem promove um modo de olhar o mundo e o universo arquitectónico através da fragmentação dos espaços e das formas como uma procura contínua de enquadrar e redefinir a escala dos objectos e das intervenções. Conta com a apresentação de um conjunto de desenhos e com dois textos de apresentação, da autoria do Arq. José Manuel Fernandes (Portugal) e do Arq. Juhani Karanka (Finlândia). Entre os vários trabalhos apresentados destacam-se um projecto para as Casas mortuárias em Beja e um projecto para um Conjunto de edifícios de habitação em Évora.

Na inauguração (dia 3, às 17 horas) intervieram o Vice-Reitor do IPM, Arq. Cesare Stevan, e o Arq. João Santa-Rita.

Apoio: Departamento de Projecto de Arquitectura do IPM;  
Patrocínio: Hewlett-Packard



### > 10

candidatura  
**2.º SEMINÁRIO AVANÇADO (MASTERCLASS)**

BNA, UIA REGIÃO I E BERLAGE INSTITUTE  
O seminário é dirigido por Burton Hamfelt, em Almere (Países Baixos), entre 21 e 26 de Agosto e aborda os Centros Regionais de Educação («Regionale Opleidings Centra, ROC»), grandes complexos que integram várias escolas, uma grande diversidade de programas educativos e um número de estudantes que pode ultrapassar os 20.000. Os interessados, arquitectos até 35 anos, devem fazer chegar à Ordem, até 10 de Abril, os elementos seguintes:  
- breve CV (max. 2 A4),  
- Portfolio, com o formato de 3 A3 ou 6 A4 (max.),  
- Carta de motivação (max. 1 A4).  
Os custos individuais de participação elevam-se a 730,00 € (+ IVA à taxa de 19%), acrescidos de transporte e «ajudas de custo».

Clélia Fernandes  
ri@ordemdosarquitectos.pt  
Berlage Institute  
info@berlage-institute.nl  
www.berlage-institute.nl

### 19

ciclo de debates  
**A CIÊNCIA E A CIDADE**  
A MOBILIDADE  
José Manuel Viegas (IST)  
Fundação Calouste Gulbenkian, Auditório 2, Avenida de Berna 45A, em Lisboa, 18h  
João Caraça, director do Serviço de Ciência da Fundação, lança o convite porque «todos são indispensáveis no processo de construção da Cidade Nova» e propõe um encontro por mês, moderado por José Vítor Malheiros.  
Tel. 217 823 525. Fax 217 823 019.  
randrade@gulbenkian.pt  
www.gulbenkian.pt/cienciaecidade

### 19 E 26

X Curso Livre de História da Arte  
**CIDADES PORTUGUESAS PATRIMÓNIO DA HUMANIDADE**  
Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, Av. de Berna 26 C, Lisboa  
Sob direcção de Manuel Justino Maciel e Raquel Henriques da Silva.

19 Abr. MACAU, UMA CIDADE PORTUGUESA - Prof. Doutor Rafael Moreira (FCSH - UNL)

26 Abr. A CANDIDATURA DA BAIXA A PATRIMÓNIO DA HUMANIDADE - Prof. Doutora Raquel Henriques da Silva (FCSH/UNL)

3 Mai. MAZAGÃO: A ÚLTIMA PRAÇA PORTUGUESA NO NORTE DE ÁFRICA - Arq. Jorge Correia (DAA-UM)  
Instituto de História da Arte / FCSH

Ana Parente | Maria Luís Rodrigues | Ana Paula Louro  
Tel. 217 933 519, 217 933 769  
ou 217 933 869, ext. 540.  
Fax 217 977 759  
iha@fcsch.unl.pt | www.fcsch.unl.pt

### 27 > 29 ABRIL

encontro internacional  
**PATRIMÓNIO MUNDIAL DE ORIGEM PORTUGUESA**  
Auditório da Faculdade de Direito, Universidade de Coimbra  
Promovido pela Universidade de Coimbra, pelo IPPAR e pela Comissão Nacional da UNESCO, o principal objectivo do Encontro é o de contribuir para a criação de uma rede de cooperação internacional entre especialistas de todos os países com património de origem portuguesa.  
Tel. 239 480 944. Fax 239 480 960  
whpo@ci.uc.pt  
Inscrições gratuitas: www.uc.pt/whpo  
Programa:  
www.uc.pt/whpo/programa.html

### 4 > 5 MAIO

seminário internacional  
**TEORIA E PRÁTICA EM CONSERVAÇÃO**  
Laboratório Nacional de Engenharia Civil, Lisboa  
Um grupo dirigido pelo investigador do LNEC, Delgado Rodrigues, por ocasião - entre outras justificações mais

científicas - da comemoração de um centenário sobre o nascimento de Brandi, preparou o seminário, durante o qual deverá ser lançada a tradução portuguesa do fundamental livro de Cesare Brandi, "Teoria do Restauro", com os apêndices originais, o anexo "Carta Italiana do Restauro, 1972" e ainda a edição, que se julga inédita no nosso país, de dois textos de Brandi.

<http://eu-artech.lnec.pt/index.htm>

## > 4 JUNHO

exposição  
**SEDE E MUSEU DA FUNDAÇÃO CALOUSTE GULBENKIAN: A ARQUITECTURA DOS ANOS 60**  
Fundação Calouste Gulbenkian, Edifício da Sede, Galeria de Exposições Temporárias, Piso 0, Av. de Berna 45A, Lisboa  
3.ª a domingo, das 10 às 18h  
No ano em que se comemora o cinquentenário da instituição, a partir da aproximação à arquitectura, analisa-se o impacto urbanístico, cultural e sociológico da Fundação. Entrada livre  
**Conversa ao fim da tarde**  
22 Abr. 16h, A SEDE  
**E O MUSEU EM QUESTÃO**  
Visita-conversa em torno da Exposição  
**Visita guiada**  
29 Abr. 15h, por Carlos Carrilho  
<Tel. 217 823 461 | www.gulbenkian.pt>

## 22 > 24 JUNHO

**3.º CONGRESSO SOBRE ESPAÇOS DE JOGO E RECREIO**  
LEI, INOVAÇÃO E BOAS PRÁTICAS  
Faculdade de Motricidade Humana, Cruz Quebrada  
Organização: APSI, Associação para a Promoção da Segurança Infantil  
As inscrições depois de 15 de Abril sofrem um acréscimo de €25.  
Objectivos: Avaliar o impacto do Decreto-Lei n.º 379/97 com vista a propor alterações legislativas e nas práticas de todos os envolvidos na gestão de espaços de jogo e recreio; Dinamizar o processo de qualidade da oferta através da intervenção multi-disciplinar, em espaços que permitam o desenvolvimento global e a autonomia das crianças.  
APSI  
<Tel. 218 870 161. Fax 218 881 600>  
<apsi@apsi.org.pt>  
<www.apsi.org.pt>



## HABITAR PORTUGAL 2003/2005

**SELECÇÃO MAPEI/ORDEN DOS ARQUITECTOS**  
O primeiro objectivo desta exposição nacional de arquitectura é a divulgação de trabalhos de excelência, concluídos entre os anos de 2003 e 2005 e em número máximo de 80: 10 por cada uma das regiões (Norte, Centro, Sul e Ilhas), 15 para cada Área Metropolitana (de Lisboa e Porto) e, se assim decidido pelo Comissário, 10 obras construídas fora do território nacional. O comissariado é assegurado por José António Bandeirinha (comissário geral) e Telmo Cruz (AML), Gonçalo Canto Moniz (AMP), Ivo Oliveira (Norte), Armando Rabaça (Centro), João Matos (Sul) e Nelson Mota (Ilhas). A entrega das propostas decorre até ao dia **28 de Abril**.

Rita Palma / <Tel. 213 241 110/cultura@ordemdosarquitectos.pt>  
<www.ordemdosarquitectos.pt>

Ciclo de Conferências para Profissionais  
**PRÓXIMA TERÇA TÉCNICA**  
16 Maio, 18H30  
ETICS – SISTEMA DE ISOLAMENTO TÉRMICO PELO EXTERIOR  
Promoção MAPEI  
Ficha de inscrição no caderno Destaque  
Participação sujeita a inscrição (lugares limitados)  
*Ficha de inscrição também disponível em: [www.ordemdosarquitectos.pt](http://www.ordemdosarquitectos.pt)*

## MURPHY

MURPHY é uma revista académica bilingue (português-inglês) de história e teoria da arquitectura e do urbanismo, publicada anualmente a partir de Março de 2006, pela Imprensa da Universidade de Coimbra no quadro das actividades do Departamento de Arquitectura. O nome MURPHY referencia o arquitecto irlandês James Murphy que em 1795 publicou os primeiros textos e desenhos de divulgação da arquitectura portuguesa na Europa, entre os quais um álbum fundador do movimento neo-gótico internacional que dedicou ao mosteiro da Batalha. MURPHY publica ensaios sobre a história do universo construído e projectado de matriz portuguesa e sobre a teoria da arquitectura do passado e contemporânea. Tem distribuição internacional que inclui os centros de excelência mundiais em matéria de arquitectura, urbanismo e história da arte. Temas do 1.º número, já à venda: claustro da Sé de Lisboa, urbanismo medieval português, Cananor manuelina, arquitectura dos conventos femininos, a questão do alojamento na década de 60, o pós-moderno na arquitectura portuguesa (anos 60-80). Aceitam-se propostas de artigos para o n.º 2.  
**PAULO VARELA GOMES**  
Editor principal de Murphy  
[www.uc.pt/murphy](http://www.uc.pt/murphy)



## V BIENAL IBEROAMERICANA DE ARQUITECTURA E URBANISMO 2006

**CANDIDATURAS ATÉ 2 DE JUNHO**  
Entre 4 e 8 de Dezembro próximos, a V Bienal Iberoamericana de Arquitectura e Urbanismo terá lugar na cidade de Montevidéu (Uruguai), sob o tema geral "A Construção da Cidade: Património para Todos". Por convite directo da organização, o delegado da V BIAU em Portugal será o Arq. João Belo Rodeia. Tal como em edições anteriores, a V BIAU é aberta e pública, e é constituída por um conjunto de prémios e eventos entre os quais se destacam o Prémio de Obra de Arquitectura e o Prémio de Arquitectura de Jovem Autor. As 20 obras portuguesas a candidatar, de autores individuais ou em grupo, entre as quais 5 projectadas por arquitectos menores de 40 anos (até 31 de Dezembro de 2006), finalizadas entre 1 de Janeiro de 2003 e 31 de Dezembro de 2005, serão seleccionadas por uma Comissão de Selecção presidida pelo delegado português e constituída por 3 outros elementos a anunciar oportunamente. Todas as candidaturas deverão ser enviadas, até 2 de Junho próximo, para a Sede Nacional da Ordem dos Arquitectos, ao cuidado do Arq. João Belo Rodeia, apresentadas de acordo com a documentação disponível na Sede Nacional (Fátima Marques), na web da OA e na web da V BIAU. Qualquer outra informação, nomeadamente a relativa ao Prémio para Publicações, a Bolsas de Estudo e ao 2.º Concurso de Ideias de Arquitectura em Rede, poderá também ser obtida junto da seguinte entidade:  
*Secretaria Permanente*  
V Bienal Iberoamericana de Arquitectura e Urbanismo  
Ministerio de Vivienda, Castellana 112,  
28071 Madrid, Espanha  
[biennial.iberamericana@vivienda.es](mailto:biennial.iberamericana@vivienda.es)  
[www.biau.es](http://www.biau.es)

## A VIAGEM

COM ALEXANDRE ALVES COSTA E NUNO PORTAS

As duas mais recentes publicações OA, Alexandre Alves Costa e Nuno Portas (em "reprise", na saída da segunda edição por ter sido retirada de circulação uma primeira com defeitos), foram lançadas num fim de tarde (21 de Fevereiro) no Auditório da sede nacional. A sessão de viagens (Távora e o desenho, a arquitectura portuguesa, ...) contou com intervenções de Jorge Figueira e dos autores «monografados». As duas edições, que contam com o patrocínio da Legrand e, respectivamente, da Cortal-Seldex (AAC) e da Lexus (NP), integram a colecção «Arquitectura Portuguesa-Prémios UIA 2005» e estão à venda nas livrarias da especialidade, com o preço unitário de € 24,90.



Luís Rocha

## PRÉMIO MOBILIDADE 2005

**ENTREGA DO PRÉMIO**  
A cápsula «Mobilidade Independente Acoplada», de Maria Alexandra Nunes e Sílvia Soares foi o projecto distinguido nesta primeira edição do Prémio. A cerimónia de entrega dos prémios teve lugar na galeria de exposições do Museu da Igreja de São Roque a 14, com intervenções do Provedor da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, da presidente da Ordem e do arquitecto Nuno Teotónio Pereira, presidente do Júri, e a exposição das maquetas de todos os trabalhos esteve patente até 28 de Março.



Carlos Santos (SCML)

## SEMINÁRIO REABILITAÇÃO URBANA PORTO, 29 ABRIL, 6 E 13 MAIO

Para os arquitectos é fundamental o esclarecimento e a aquisição de uma preparação específica que lhes permita abordar a profissão com plena consciência dos desafios e das dificuldades que as cidades actuais enfrentam no seu processo, já longo, de se revitalizarem e regenerarem. Agora que a legislação portuguesa instituiu a prática da reabilitação das cidades como objectivo político, e preconiza a criação de novas Sociedades de Reabilitação Urbana, importa que os arquitectos estejam preparados para enfrentar o desafio em mais larga escala, na previsão de que, no futuro, será cada vez mais importante e representativa a sua actividade neste campo. O Pelouro da Formação da AO-SRN está a organizar, com o Arq. Rui Loza, um seminário sobre Reabilitação Urbana, nos dias 29 de Abril, 6 e 13 de Maio, que se centrará nos seguintes temas: o conceito de Reabilitação Urbana, as Cartas e Convenções Internacionais, a Reabilitação Urbana em Portugal desde 1974, a experiência do Porto, as Sociedades de Reabilitação Urbana, a Reabilitação Urbana e o Projecto Arquitectónico.

Catarina Cadima

<Tel. 222 074 250>

[formacao@oasrn.org](mailto:formacao@oasrn.org)

## INTRODUÇÃO À PEREQUAÇÃO 9 MAIO E 21 JUNHO

O Decreto-Lei 380/99, de 22 de Setembro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei 310/2003, de 10 de Dezembro, estipula que os proprietários têm direito à distribuição perequativa dos benefícios e encargos decorrentes dos instrumentos de gestão territorial vinculativos dos particulares. Mais estipula que os instrumentos de gestão territorial vinculativos dos particulares devem prever mecanismos directos ou indirectos de perequação segundo critérios definidos. Decorridos seis anos desde a publicação do diploma, continuam a suscitar-se inúmeras dúvidas sobre a aplicação da perequação. A 9 de Maio repete-se a acção de formação realizada em Novembro de 2005 (Acção de Formação sobre Perequação Nível I). Em 21 de Junho, para quem já está familiarizado com o tema ou frequentou o nível I em Novembro/Maio, a acção destina-se ao esclarecimento de dúvidas práticas que cada inscrito

podrá colocar previamente em formato a definir pelos formadores (Acção de Formação sobre Perequação Nível II). O programa do Nível II estará disponível, em breve, em [www.oasrs.org](http://www.oasrs.org).

### Formadores

Eng. Jorge Carvalho e Dra Fernanda Paula Oliveira  
**Inscrição** (IVA incluído)  
Membro da OA, Estagiário ou Estudante: € 78,65  
Outros: € 96,80

## NOVO REGULAMENTO PARA A TÉRMICA DE EDIFÍCIOS

25 MAIO

17H, AUDITÓRIO DA SEDE DA ORDEM  
Eduardo Maldonado, professor na Faculdade de Engenharia do Porto e coordenador do programa para a eficiência energética dos edifícios da Direcção-Geral de Energia, participa numa sessão de esclarecimento sobre a nova regulamentação para a térmica de edifícios. A sessão de esclarecimento, sobre «o novo contexto regulamentar para a térmica dos edifícios: RCCTE, RSECE e sistema de certificação energética dos edifícios», tem lugar na sede da Ordem dos Arquitectos a 25 de Maio (17h). Esta sessão vem na sequência do seminário «Arquitectura e energia», organizado pela SRS e após a adopção, pelo governo português, da directiva europeia sobre o desempenho energético dos edifícios (Directiva 2002/91/CE), em Janeiro. De acordo com a Directiva, passa a ser obrigatória a emissão de um Certificado Energético e da Qualidade do Ar Interior para todos os edifícios novos e aumentam os requisitos de qualidade térmica para a envolvente dos edifícios e para os seus sistemas energéticos. Os colectores solares para aquecimento de água passam, também, a ser obrigatórios. Os edifícios de serviços passam a ter certificação energética periódica. Os projectos de novos edifícios (e reabilitações importantes) submetidos a licenciamento a partir do Verão de 2006 terão de obedecer aos novos requisitos e apresentar um Certificado Energético, que terá que ser emitido por um técnico acreditado pelo Sistema de Certificação, que funcionará na Agência para a Energia.  
**Inscrição** (IVA incluído)  
Membro da OA, Estagiário ou Estudante: € 25  
Outros Técnicos: € 30  
Sílvia Leiria Viegas  
<Tel. 213 241 140/45>  
[formacaocontinua@oasrs.org](mailto:formacaocontinua@oasrs.org)  
Programas e Fichas de inscrição em [www.oasrs.org](http://www.oasrs.org)





# CONVOCATÓRIA

## ASSEMBLEIA GERAL ORDINARIA

27 de Abril, 20h30

Nos termos da Lei e do Estatuto, convoco a Assembleia Geral da Ordem dos Arquitectos para reunir em Assembleia Ordinária no auditório da Fundação Maria Isabel Guerra Junqueiro e Luís Pinto de Mesquita Carvalho, sita na rua D. Hugo 15, no Porto, no dia 27 de Abril de 2006, pelas 20H30, com a seguinte ordem de trabalhos:

### Ponto 1

Aprovação da Acta da Assembleia anterior;

### Ponto 2

Relatório e Contas da Ordem dos Arquitectos referentes a 2005;

### Ponto 3

Projecto de Lei n.º 183/X – “Arquitectura: Um direito dos Cidadãos, um acto próprio dos arquitectos (revogação parcial do Dec. 73/73, de 28 de Fevereiro)” – Ponto de situação.

Se à hora marcada não estiver presente, pelo menos, metade dos membros efectivos, a reunião terá início uma hora depois, com a presença de qualquer número de membros.

Lisboa, 24 de Março de 2006

O Presidente da Mesa da Assembleia Geral

CARLOS GUIMARÃES, ARQUITECTO

## ASSEMBLEIAS APROVAM PLANOS E ORÇAMENTO PARA 2006

■ A Assembleia Geral aprovou, com uma abstenção e um voto contra, o Orçamento para 2006, instrumento de gestão que reúne os orçamentos parciais apresentados pelos Conselhos Directivos (Nacional, Regional Norte e Regional Sul) e que apresenta um montante global de 5.624 milhares de euros. O Orçamento reflecte os planos de actividades nacional e regionais e representa um acréscimo de 17,9% relativamente ao Orçamento de 2005. Este acréscimo deve-se ao aumento do número de membros, à realização do Congresso em 2006 e aos grandes projectos em curso ou a lançar. É o caso do IAPXX, que termina este ano, do Inquérito à Profissão, cujos resultados devem ser presentes ao Congresso, e da Base de Dados Nacional e Certificação Digital, que poderá permitir um salto qualitativo apreciável na desburocratização das relações entre os membros e a Ordem ou entre os membros e terceiros, nomeadamente entidades públicas da Administração local e central.

Para uma avaliação sumária do documento e sua comparação, não apenas com orçamentos anteriores, mas também com as execuções orçamentais anteriores, remetemos para a leitura do texto «Introdução ao Orçamento para 2006 da Ordem dos Arquitectos», em [www.ordemosarquitectos.pt](http://www.ordemosarquitectos.pt) ■ O Plano de Actividades da SRSul 2006 e o Relatório de Actividades de 2005 foram aprovados na Assembleia Regional do Sul realizada em 23 de Fevereiro. Estes documentos, bem como o Plano de Actividades das Delegações e Núcleos da SRSul para 2006, estão disponíveis para consulta em [www.oasrs.org](http://www.oasrs.org) (em OASRS/Direcção).

■ No passado dia 16 de Março, decorreu no Porto a Assembleia Regional Norte, onde foram aprovados, por unanimidade, o Relatório de Actividades de 2005 e o Plano de Actividades da SRNorte para o ano de 2006.

# PROVA DE ADMISSÃO 2006

NO DIA 9 DE MARÇO O CONSELHO DIRECTIVO NACIONAL HOMOLOGOU OS RESULTADOS DA PROVA COMPLEMENTAR: 67% DE APROVADOS.

A Prova de Admissão está regulamentada no Anexo IV do Regulamento de Admissão (RA) e destina-se a aferir da aptidão dos candidatos à admissão para os actos próprios (art.º 42.º do Estatuto) e o conhecimento do enquadramento legal e deontológico do exercício da actividade profissional. Para esta Prova de Admissão inscreveram-se 16 candidatos provenientes de cursos reconhecidos pela Ordem, ou equivalentes, que, tendo realizado as acções de formação complementar, concluíram o estágio da Ordem com aprovação do relatório; destes, 7 eram provenientes de escolas estrangeiras e 9 provenientes de escolas nacionais. Dos inscritos, 15 concretizaram a Prova de Admissão, 7 dos quais com a classificação de “aprovado”, 1 com a classificação de “reprovado”, e 7 com a classificação de “admitido a prova complementar”. Após a realização da Prova Complementar, 2 candidatos obtiveram a classificação de “aprovado”. No conjunto dos candidatos reprovados, 4 são provenientes de escolas estrangeiras e 2 provenientes de escolas nacionais. Realizando um balanço, verifica-se que 67% dos candidatos que realizaram a prova de Admissão obtiveram a classificação de “aprovado”. Nas anteriores edições da Prova de Admissão verificou-se um elevado índice de reprovações, facto que mereceu especial atenção por parte dos órgãos sociais da Ordem e levou, em parte, à revisão do Regulamento Interno de Admissão (RIA), para o que contribuiu a resolução do 10.º Congresso, no sentido de ser implementado um sistema de provas e créditos, a realizar e obter no decurso e/ou final do estágio, o que se veio a concretizar com a aplicação do RA. Antes, os candidatos à admissão tinham de ser aprovados na Prova de Admissão para poderem realizar o estágio da Ordem. O Grupo de Trabalho “Admissão”, que acompanhou o processo de revisão do RIA, propôs uma linha de orientação para a Prova de Admissão, assim como a constituição de um Grupo de Trabalho “Provas de Admissão” cuja tarefa seria elaborar o modelo de prova. O Grupo de Trabalho “Provas de Admissão” reuniu 6 vezes; nas primeiras reuniões analisou o objectivo da Prova de Admissão no âmbito do RA, a sua relação com o Estágio e Formação Complementar; a experiência das Provas de Admissão realizadas no âmbito do RIA e outros modelos de admissão a organizações profissionais, tais como os praticados pelo American Institut of Architects e o Architects Registration Board. Foram colocados os cenários de possíveis provas – questionários de modelo americano, prova projectual, prova de um dia, prova em sistema de workshop ao longo de uma semana. Finalmente o GT acordou no princípio da prova se realizar fora das instalações das escolas de arquitectura, ter como

base a resposta a um problema real de dimensão média e concretizada em dois momentos distintos, um primeiro ao longo de quinze dias durante os quais o candidato elaboraria um port-folio do projecto e um segundo de resposta a questões relacionadas com o enunciado de projecto, pela sua maior proximidade à realidade da prática profissional. Do trabalho desenvolvido pelo Grupo de Trabalho resultaram o modelo de Prova de Admissão, avaliação da prova, classificação dos candidatos e definição do formato da Prova Complementar. Por forma a verificar o modelo de Prova de Admissão (aprovado pelo CDN em Maio de 2005) foi realizada uma simulação da Prova, entre 4 e 18 de Outubro de 2005. A experiência adquirida permitiu informar o trabalho da Comissão Nacional de Provas, constituída, por deliberação do CDN de Novembro de 2005, com o objectivo de redigir o enunciado da prova. A Comissão Nacional de Provas reuniu 4 vezes, procedendo à análise da simulação da prova realizada, propondo alterações ao modelo de prova de admissão, definindo o local de intervenção, os enunciados dos momentos 1 e 2 da prova, formalizando as perguntas, os critérios de avaliação e o quadro de apoio à avaliação da Prova. Paralelamente foi aberto um concurso, a nível nacional, para a selecção de membros efectivos, com pelo menos 5 anos de inscrição na Ordem, para constituir o Júri de Avaliação da prova. O Júri de Avaliação foi seleccionado por análise dos currículos recepcionados, tendo em conta: experiência profissional, quer como liberal, quer a prestar serviços de projecto ou análise em entidade pública ou privada; docência; participação em actividades previstas no RA, quer como Patrono, quer em Comissões de Apreciação de Relatórios de Estágio. O 1.º momento da Prova de Admissão teve lugar no dia 6 de Janeiro de 2006, no auditório da Ordem, tendo-se realizado o 2.º momento no dia 20 de Janeiro, em espaço cedido pelo Museu das Comunicações, próximo às instalações da sede nacional. O júri de avaliação reuniu durante dois dias tendo elaborado a classificação da prova, que o CNA propôs para homologação pelo CDN. O que veio a suceder por deliberação de 16 de Fevereiro de 2006, na qual foi tida em conta a Recomendação n.º 10/B/2005 do Senhor Provedor de Justiça. Finalmente, a 6 de Março de 2006, teve lugar a Prova Complementar, tendo o júri de avaliação reunido antes e depois da Prova para classificar os candidatos, que veio a ser proposta pelo CNA ao CDN e homologada por deliberação de 9 de Março de 2006. Ainda em jeito de balanço, importa referir que a inscrição na Prova de Admissão obriga ao pagamento, por parte do candidato, de uma taxa de inscrição no valor de €150 e que a avaliação de cada candidato totaliza um custo de €165, sem ter em conta o trabalho da Comissão e do GT.

# 13 ANOS DE BOLETIM

Já foi dito que uma organização associativa tem de ter um instrumento para coesionar os seus membros – transmitir informação, convicção, reflexão em torno de uma plataforma. Hoje cada vez mais esta necessidade requer não um mas uma diversidade de meios, e clareza quanto à função de cada um e à sua articulação no todo dos out-puts comunicativos. Na então AAP tínhamos o Jornal Arquitectos. E estávamos numa fase de “fecho”, de uma cultura e de uma estrutura associativa (enquadramento legal da profissão, desempenho da função de serviço, com instalações, serviços operacionais de concursos, documentação, apoio à prática...) e produção de uma visão estratégica sobre a profissão (o Livro Branco). O jornal desdobrava-se mas dificilmente conseguia resolver a quadratura do círculo, entre a tentação da revista e a modéstia da newsletter/circular – centrado nos temas associativos, profissionais ou disciplinares.

O boletim veio discretamente ocupar um lugar simples – a presença da Associação nas nossas mãos ao dia certo do mês, com informação útil (as fichas do RGEU do atelier Bagulho, as fichas técnicas organizadas pela Fátima C. Silva, as publicações entradas na Biblioteca, da Ana Isabel...) e mensagem condensada (tanto que até escrevíamos nas margens para aproveitar as 8 páginas ao tutano). Dando o tom certo a tudo, a Cristina... Nada disto impediu o “boletim” de ser criativo, às vezes inspirado, cada vez mais um quase-jornal, que veio permitir ao “outro” ser (o que precisa ser) a revista da Ordem. Oxalá seja! Se compararmos com a necessidade actual, de também especializar os veículos e conteúdos em novas frentes/meios, diria que também não se pode hoje colocar a dúvida sobre se os meios digitais eliminam o papel, e se entre jornais on-line, sites e blogs não fica tudo dito? Não fica – o que podemos é diversificar, por aí, as funções de participação, discussão e debate, e ainda de comunicar conteúdos documentais e serviços que anteriormente não tinham suporte. Especializar um órgão associativo não é, contudo, afastá-lo da organização, entregando-o a “profissionais” da informação. Pelo contrário, há que cultivar a nossa comunicação como útil e estratégica, para os nossos fins enquanto organização. Sem sofismas: fazer política associativa é, como na outra, escolher assuntos, apontar prioridades, coesionar o colectivo numa direcção.

PEDRO BRANDÃO

Primeiro director do boletim, do n.º 1 (Abril 93) ao n.º 34 (Janeiro 96)

### Concurso para constituir

## COMISSÃO NACIONAL DE ACREDITAÇÃO

O Conselho Nacional de Admissão (CNA) abriu um concurso para selecção de membros efectivos, com pelo menos 5 anos de inscrição na Ordem, com o objectivo de constituir a Comissão Nacional de Acreditação. De acordo com o disposto na alínea a), do n.º 7, do anexo VI e nos n.º 2, 6 e 7 do anexo VII do Regulamento de Admissão, todos os aspectos que são objecto de análise num processo de Acreditação serão apreciados por uma Comissão Nacional de Acreditação, que o Conselho Nacional de Admissão proponha constituir, ouvidos os Conselhos Regionais de Admissão, com homologação pelo Conselho Directivo Nacional. As candidaturas deverão ser formalizadas mediante apresentação de currículo resumido, até ao dia 2 de Maio, dirigido ao CNA, para o endereço da sede nacional da OA, Travessa do Carvalho 23, 1249-003 Lisboa.

[jdaniel@ordemosarquitectos.pt](mailto:jdaniel@ordemosarquitectos.pt)

## VITTORIO FERREIRA DAVID

1923 – 2006

A partir de 1997 comecei a trabalhar com ele na Câmara Municipal de Lisboa. Desde logo surgiu uma grande amizade e grande comunicação pessoal. Descubri um colega de extraordinária cultura e sensibilidade artística. Um homem superior e única. Já reformado da CML mantinha uma extraordinária vitalidade e grande lucidez. Era de uma modéstia tocante. Aliava o que de bom pode ter um luso-italiano, natural de Florença, do cruzamento das duas culturas. Formado em Lisboa e Milão em arquitectura, trabalhou em Portugal e em Itália. Estudou também em França onde cursou paisagismo. Era um desenhador sensível e com grande capacidade de captar a vida. Também pintava. Da geração e amigo de Pomar e Sá Nogueira. Foi bailarino tendo pertencido ao Verde Gaio. Da natureza extraia inspiração fazendo de alguns dos seus fragmentos objectos de arte. Desenvolveu uma actividade discreta mas eficaz nos ateliers (contribuindo para a valorização de colegas mais jovens, lembro-me do arquitecto Taveira), no Estado e na CML. O Vittorio merece esta atenção.

CARLOS DOS SANTOS FERREIRA

## MARIA JOÃO GEORGE

1948 – 2006

Natural de Lisboa e licenciada pela ESBAL em 1974, tinha uma grande compreensão das questões do “habitat”, como parte integrante da qualidade de vida das populações e como factor decisivo do desenvolvimento local e essa foi uma das grandes causas da sua vida. Desde sempre empenhada politicamente, participou em movimentos cívicos e estudantis e integrou o Núcleo de Estudos Urbanos e Regionais do Centro de Estudos e Planeamento do Ministério das Finanças e Plano em 1975. Dedicou-se a projectos de gestão urbana, sempre em serviço público (Barreiro, 1975, e Beja, 1977 a 1981). A partir de 1981, trabalhou dez anos na Cooperação, primeiro na Guiné-Bissau e, mais tarde, entre 1990 e 1992, no Zimbábwe. Recebeu o Prémio Municipal de Arquitectura «Espiga de Ouro» em 1993, pela intervenção num edifício em ruína no Centro Histórico de Beja, onde actualmente funciona a Casa das Artes Jorge Vieira. Entre 1994 e 2003 coordenou a intervenção da EDIA na Aldeia da Luz, visando a recomposição do quadro físico, mas também a manutenção da rede de relações sociais que estruturam a vida da comunidade na nova aldeia.